

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 089

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE AGOSTO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 067ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE AGOSTO DE 1999
(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Pérciles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

PRESI - 99/2757

Brasília, 28 de julho de 1999.

Senhor Presidente.

Refiro-me ao Ofício de 09 de julho de 1999, onde V.Exa. manifesta preocupação sobre o processo de reestruturação administrativa das unidades descentralizadas do Banco Central do Brasil.

2. De início, cabe salientar que o referido estudo de modernização administrativa, em andamento, busca, em resumo, a distribuição equilibrada da força de trabalho e dos recursos disponíveis para melhor atendimento da sociedade brasileira.

3. Diagnósticos e indicadores de demanda evidenciam a necessidade de adaptação da estrutura e da forma de atuação desta Autarquia. Vale registrar, nesse novo cenário, pelo menos as seguintes razões para a mudança pretendida:

a) privatizações e fusões de instituições financeiras, com redução de demandas para o Banco Central em determinadas regiões e aumento em outras, especialmente nos estados onde ocorreu concentração;

b) número significativo de aposentadorias não previstas, decorrentes do enquadramento dos servidores no Regime Jurídico Único, ocasionando evidente desequilíbrio na distribuição dos recursos humanos disponíveis;

c) necessidade de equilíbrio das contas públicas, com racionalidade e melhoria da qualidade dos gastos do erário. Tal política exige a otimização no uso dos escassos recursos humanos, tecnológicos e materiais disponíveis;

d) desempenho com base em prioridades, buscando diuturnamente maior eficiência, eficácia e efetividade, voltadas para a missão primordial de melhoria dos serviços públicos.

4. Portanto, a despeito do que vem sendo noticiado, entendo não caber a ênfase ao esvaziamento ou redução de atividades do Banco Central em determinada região, mas sim à adequação interna para enfrentar os desafios que a realidade nos impõe, observadas as diretrizes governamentais e a moderna administração pública.

Respeitosamente.

(a) ARMINIO FRAGA NETO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1667

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor João Fridrichsen, do Município de São João, com votos de profundo pesar pelo precoce falecimento do menor João Eduardo Fridrichsen.

Sala das Sessões, em 09.08.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento precoce do menor João Eduardo Fridrichsen, deixou consternada toda a família e amigos que residem no Município de São João.

Filho de João e Dolores Fridrichsen, deixará estampado na mente de todos os seus familiares, amigos e conhecidos, que tinha um futuro brilhante, pois muito jovem ainda, era distinguido por uma simpatia conta-gigante, estudioso e preocupado com o futuro. Resta-nos a consolação de que Deus também precisa dos seus filhos bons no reino do céu.

Através deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Fridrichsen e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 1666

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Zucchi, do Município de Capitão Leônidas Marques, com votos de profundo pesar, pelo falecimento do senhor Sérgio Zucchi.

Sala das Sessões, em 09.08.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A família Zucchi, que é numerosa em Capitão Leônidas Marques, é merecedora de um conceito elevado, pois sempre se comportou com honradez, dignidade e respeito. Por isso toda a sociedade marquezense lamentou profundamente o prematuro falecimento de um dos membros da família: Sérgio Zucchi.

De fato, a morte representa uma tragédia inigualável, por mais que as pessoas acreditem que se está saindo de uma vida para outra, mesmo assim dificilmente alguém aceita a perda de um parente ou amigo, ou até mesmo de um conhecido. Assim se encontra a tradicional família Zucchi totalmente consternada. Sobretudo em função que o falecido era muito jovem ainda para partir deste mundo. Todavia, é necessário partir de pressuposto de que Deus, na sua inesgotável bondade e sabedoria é justo e sabe o que faz, por isso resta-nos neste instante de profundo sofrimento, dor e tristeza para a família, amigos e conhecidos, rogar ao Pai supremo que acolha este filho, reservando-lhe um local junto ao trono eterno.

Da mesma forma, através deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Zucchi e a ela endereçar mani-

festação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 1662

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da funcionária aposentada deste Poder, Senhora Elza Camargo, ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.08.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, a Senhora Elza Camargo, servidora inativa deste Poder Legislativo.

A extinta deixou viúvo o Senhor Jairo Camargo.

O passamento da Sra. Elza veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares, colegas e amigos do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de sua serva Elza.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Elza Camargo, e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende d'Ele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família da Senhora Elza Camargo, para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a Terra a sua graça. Guardará sua serva Elza sob sua constante proteção, para que renovada pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Camargo, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 406/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A Quota Estadual do Salário-Educação - QESE, de que trata o artigo 15, § 1, inciso II, da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, atribuída ao Estado do Paraná, será distribuída entre o Estado e seus Municípios, de acordo com os critérios dispostos nesta lei.

§ 1º - A totalidade dos recursos da QESA será re-partida entre a totalidade dos alunos matriculados no ensino fundamental regular e supletivo das redes estaduais e municipais, segundo os mesmos critérios, e distribuídos entre Estado e municípios na proporção de suas matrículas.

§ 2º - Para efeito da redistribuição prevista no *caput* deste artigo serão considerados, para cada município, as receitas resultantes de impostos compreendidas as provenientes de transferência, a população e o número de alunos matriculados no ensino fundamental regular e supletivo, nas respectivas redes de ensino.

Art. 2º - A distribuição de recursos será efetuada segundo critérios diferenciados para os alunos do ensino fundamental regular e supletivo.

§ 1º - Para as matrículas do ensino regular, municipais e estaduais, o critério definido nesta lei estabelece um valor *per capita* por município, sendo que esse valor variará entre os municípios de forma inversamente proporcional à receita de impostos *per capita* de cada município.

§ 2º - Para todas as matrículas do ensino supletivo, municipais e estaduais será atribuído um valor único.

Art. 3º - Os recursos a serem atribuídos por aluno matriculado no ensino fundamental supletivo corresponderão a 50% (cinquenta por cento) do resultado da divisão do total de recursos da QESE pelo total de matrículas municipais e estaduais no ensino fundamental regular e supletivo.

Art. 4º - Os recursos a serem atribuídos ao ensino fundamental regular serão dados pelos recursos da QESE, deduzida a parcela destinada ao ensino fundamental supletivo.

Art. 5º - Os recursos a serem atribuídos por aluno matriculado no ensino fundamental regular serão dados pela multiplicação do coeficiente por matrícula na faixa pelo total de recursos destinados ao ensino fundamental regular.

Parágrafo Único - Para o cálculo dos coeficientes por matrícula do ensino fundamental regular serão considerados os seguintes critérios.

1 - os municípios serão ordenados pela suas receitas e transferências de impostos *per capita* e classificados em faixas, segundo o critério estabelecido na coluna B da Tabela anexa a esta lei;

2 - para cada uma das faixas serão somadas as matrículas estaduais e municipais no ensino fundamental regular de todos os municípios que se inserem na respectiva faixa, conforme coluna C da Tabela anexa a esta lei;

3 - para cada faixa será atribuído um fator redistributivo, conforme coluna D da Tabela anexa a esta lei;

4 - para cada faixa será calculada um coeficiente de recursos que determinará o montante total de recursos destinado ao conjunto dos municípios da faixa; o coeficiente de recursos da primeira faixa será calculado pela aplicação do fator redistributivo sobre a proporção das matrículas daquela faixa nas matrículas totais; para as demais faixas, cálculo análogo será efetuado, devendo dos totais de matrículas e de recursos a serem considerados, ser descontados os montantes já atribuídos às faixas anteriores, conforme colunas E e F da Tabela anexa a esta lei;

5 - para cada faixa será calculado um coeficiente por matrícula, que determinará o valor a ser atribuída a cada matrícula de ensino fundamental regular do conjunto de municípios da faixa: o coeficiente por matrícula em cada faixa será dado pela divisão do coeficiente de recursos da faixa pelo total de matrículas da faixa, conforme coluna G da Tabela anexa a esta lei;

Art. 6º - O índice de participação a que cada município fará jus, com relação aos recursos a serem atribuídos ao ensino fundamental regular, será apurado anualmente, e calculado pela multiplicação do coeficiente por matrícula da faixa na qual ele se insere pelo número de alunos matriculados no ensino fundamental regular do município, conforme coluna H da Tabela anexa a esta lei;

§ 1º - O índice a que se refere o *caput* deste artigo será divulgado até o final de maio de cada ano, valendo pelos 12 (doze) meses subsequentes.

§ 2º - Os recursos a que cada município fará jus serão transferidos no mês seguinte ao do recebimento da QESE citada no artigo 1º, por meio de mecanismo a ser definido por decreto.

Art. 7º - As receitas de cada município, admitida uma defasagem de dados de até 3 (três) anos, terão como fonte o banco de dados do Sistema de Acompanhamento das Finanças dos Estados e Municípios do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SAFEM/SIAFI, da Secre-

taria do Tesouro Nacional - STN, disponível na Delegacia Federal de Controle - DFC/PR, tratado pela Secretaria de Estado de Educação, podendo essa fonte ser mantida por mais um ano, após o que será substituída por dados primários, elaborados pela Secretaria de Estado de Educação, com base nos balanços anuais dos municípios.

§ 1º - Os municípios encaminharão à Secretaria de Estado da Educação, até o dia 30 de junho de cada ano, cópia de seu balanço anual enviado ao Tribunal de Contas do Estado, referente ao exercício anterior.

§ 2º - Para os municípios que não cumprirem o prazo definido no parágrafo anterior, será utilizado o último valor de receita considerado, corrigido pela taxa de variação da arrecadação do ICMS no Estado no ano a que se referem os balanços solicitados.

Art. 8º - No caso de desmembramento de municípios, com a criação de novos, até que a alteração seja captada pelos dados coletados, será utilizado uma estimativa das receitas, dada pelo rateio das receitas de impostos, compreendidas as de transferências, entre o município de origem e o novo, na proporção de suas populações.

Art. 9º - Para o cômputo da população serão utilizados os dados mais recentes de Censo ou de Contagem Populacional da Fundação Instituto de Geografia e Estatística - IBGE, até o prazo de um mês antes da divulgação dos coeficientes.

Art. 10 - Os totais das matrículas iniciais serão formados pelos dados fornecidos pelos municípios e os existentes na Secretaria de Estado de Educação.

Parágrafo Único - Os municípios encaminharão à Secretaria de Estado da Educação o seu quadro de matrículas, com nome do aluno e registro escolar, até o dia 31 de março de cada ano.

Art. 11 - Com relação aos municípios que não entregarem os dados no prazo estipulado, serão estimadas as matrículas municipais de cada um deles de forma que o número de matrículas do município corresponda ao total de matrículas públi-

cas do ano anterior no município, menos as matrículas estaduais iniciais no ano corrente no município, que têm como fonte o cadastro da Secretaria de Estado da Educação.

§ 1º - Enquanto perdurar a pendência, o município não receberá repasses da Secretaria de Estado da Educação.

§ 2º - Sanada a pendência, a Secretaria de Estado da Educação efetuará os repasses, inclusive dos atrasados, devendo, para efeito de apuração dos valores ser considerado o menor número de matrículas entre o estimado e o apresentado pelo município.

§ 3º - A entrega, fora do prazo, dos dados de matrícula, pelos municípios, não implicará revisão dos coeficientes de distribuição de recursos.

§ 4º - Eventuais saldos resultados da aplicação do critério estipulado no § 2º reverterão a favor do Estado e de todos os municípios que preencherem os requisitos exigidos por essa lei, distribuídos proporcionalmente à quantidade de alunos do ensino fundamental regular.

Art. 12 - Para efeito de cálculo dos coeficientes no primeiro ano de vigência desta lei, serão consideradas as informações sobre matrículas estaduais e municipais do cadastro da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 13 - No primeiro ano de vigência desta lei, o prazo para que seja entregue a cópia dos balanços municipais a que se refere o § 1º do artigo 7º, será 30 de setembro.

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.99.

(aa) IRINEU COLOMBO
EDGAR BUENO
CESAR SELEME
ANTONIO ANNIBELLI
ALGACI TULIO
CLEITON KIELSE
EDSON PRACZYK

TABELA

A Faixas	B Receita de Impostos <i>per capita</i>	C Total de Matrículas	D Fator Redistri- butivo	E Participação das Matrículas	F Coeficientes de Recursos da Faixa	G Coeficiente por Matrícula na Faixa	H Índice de Participação do Município
		(Mi)	(Ri)	(PMi)	(CRi)		(CRMj)
Faixa 1	R\$ 600,00 ou mais	M1	R1=0,55	PM1=M1/MT	CR1=PM1xR1x1	CM1=CR1/M1	CRMj=MMjxCM1
Faixa 2	de R\$ 500,00 a 599,00	M2	R2=0,60	PM2=M2/(Mt-M1)	CR2=PM2xR2x(1-CR1)	CM2=CR2/M2	CRMj=MMjxCM2
Faixa 3	de R\$ 400,00 a 499,00	M3	R3=0,70	PM3=M3/(MT-M1-M2)	CR3=PM3xR3x(1-CR1-CR2)	CM3=CR3/M3	CRMj=MMjxCM3
Faixa 4	de R\$ 300,00 a 399,00	M4	R4=0,80	PM4=M4/(MT-M1-M2-M3)	CR4=PM4xR4x(1-CR1-CR2-CR3)	CM4=CR4/M4	CRMj=MMjxCM4

TABELA

A Faixas	B Receita de Impostos <i>per capita</i>	C Total de Matrículas	D Fator Redistri- butivo	E Participação das Matrículas	F Coeficientes de Recursos da Faixa	G Coeficiente por Matrícula na Faixa	H Índice de Participação do Município
Faixa 5	de R\$ 200,00 a 299,00	M5	R6=0,90	PM6-M5/(MT-M1-M2-M3-M4)	CR5=PM5xR5x(1-CR1-CR2-CR3-CR4)	CM5=CR5/M5	CRMj=MMjxCM5
Faixa 6	até R\$ 199,00	M6	R6=1,00	PM6=M6/(MT-M1-M2-M3-M4-M5)	CR6=PM6xR6x(1-CR1-CR2-CR3-CR4-CR5)	CM6=CR6/M6	CRMj=MMjxCM6
Totais		MT			1		

Notas:

i - indica o número das faixas, portanto pode variar de 1 a 6;

Mi - matrículas totais na faixa i;

MT - matrículas totais no ensino fundamental re-gular (municipal e estadual);

Rj - fator redistributivo adotado para a faixa i;

PMi - participação das matrículas da faixa i no saldo de matrículas;

CRi - coeficientes de recursos da faixa i;

CMi - coeficiente por matrícula na faixa i;

j - indica um município dentro de cada faixa;

MMj - matrículas municipais no ensino funda-mental regular no município j;

CRMj - coeficiente de recursos do município j;

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Educação desta Casa de Leis e a Associação dos Municípios do Paraná (AMP) estão há tempos debatendo a situação do transporte escolar. Os prefeitos apresentaram aos deputados um estudo técnico sobre os gastos com o transporte de alunos e reivindi-caram uma participação igual-itária entre o governo esta-dual e os municípios no custeio do transporte escolar.

Segundo os dados apresentados durante reunião da Comissão de Educação, atualmente, cerca de 800 mil alunos são transportados por dia pelas prefeituras. Destes apenas 40% estão matricu-lados no ensino de 1ª a 4ª séries de responsabilidade dos municípios, a maioria são estudantes da rede pública estadual. A prefeitura de Missal gasta por mês R\$10.175,00 com o transporte de 673 alunos das quatro primeiras séries do ensino fundamental e R\$23.304,00 com 833 alunos de 5ª a 8ª séries e do ensino médio. Em Rebouças, o município transporta 800 alunos da rede escolar municipal e 600 estudantes da rede esta-dual de ensino.

Os prefeitos alegam que o governo estadual é co-responsável pelo ensino de 1ª a 8ª série e tem exclusiva responsabilidade pelo transporte dos alunos do ensino médio (antigo 2º Grau). Sem dúvida, é preciso que o Estado financie solitariamente o trans-porte escolar desses alunos.

Isto posto, este projeto de lei visa garantir um tratamento mais igualitário e solidário entre o Poder Executivo estadual e as prefeituras do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 407/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores Santa Isabel - AMSI, com sede e foro na Cidade de Santa Isabel do Ivaí/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em con-trário.

Sala das Sessões, em 09.08.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores Santa Isabel - AMSI, é uma entidade sem fins lucrativos e dedi-cada a estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais, o desenvolvimento humano e o bem-estar da comunidade, colaborar com os Poderes Públicos, conselhos e outras entidades exis-tentes na comunidade.

A gratuidade no exercício dos cargos eletivos salvo se aprovado por assembléia geral ou a título de verba de representação.

PROJETO DE LEI Nº 408/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam alterados a ementa e o artigo 1º da Lei nº 8.766 de 29/04/88 passando a vigorar com as seguintes redações:

“Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção às Mulheres Desamparadas - ASPRO-MAR”.

Art. 2º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção às Mulheres Desamparadas - ASPROMAR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em con-trário.

Sala das Sessões, em 09.08.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

Segue à apreciação dessa augusta Casa de Leis, projeto de lei, que altera a Lei Estadual nº 8.766

de 29/04/98, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Proteção às Mulheres Desamparadas e Marginalizadas.

O projeto em apreço, tem por objetivo alterar o nome da referida instituição, considerando que em data de 26/12/88, conforme publicação anexa, levada a efeito no Diário Oficial do dia 02/01/89, passou a denominar-se "Associação de Proteção às Mulheres Desamparadas - ASPROMAR".

A Alteração em epígrafe está sendo solicitada no momento, tendo em vista que a instituição mencionada necessita do certificado de registro no conselho nacional de assistência social, e filantropia, bem como, demais registros em órgãos municipais, estaduais e federais, para o seu perfeito funcionamento.

Face ao exposto, e contando com o apoio e compreensão dos nobres Pares, reitero a Vossa Excelência, votos de admiração e apreço.

PROJETO DE LEI Nº 409/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Casa de Recuperação Libertos para Viver - CRELIVI, com sede e foro no Município de Ivaiporã, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Recuperação Libertos para Viver - CRELIVI, que ora encaminho para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada em 15/06/97, pelo Instituto Belém de Assistência Social, atendendo o que dispõe o artigo 5º do seu Estatuto. A Casa de Recuperação Libertos para Viver, está devidamente registrada sob nº 717 no Livro A-01 de Pessoas Jurídicas da Comarca de Ivaiporã, e devidamente cadastrada no CNPJ nº 75.433.862/0002-98, estando em pleno funcionamento, sito à Rua Rui Barbosa, 190 - Vila Nova Porã, no Município de Ivaiporã, Estado do Paraná.

A Casa de Recuperação Libertos para Viver - CRELIVI, dentre outros, tem como objetivo principal, o desenvolvimento de programas sociais, visando amparar, recuperar e promover a reintegração à vida comunitária, de pessoas portadoras de dependências químicas, problemas este, que tem se tornado um dos principais fatores de geração de violência em todo o País.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 410/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado, no Município de Terra Rica, a CIRETRAN - Circunscrição Regional de Trânsito.

§ 1º - O órgão de que trata o *caput* deste artigo, substituirá o atual Posto de Serviços do DETRAN, instalado no município.

§ 2º - A CIRETRAN de Terra Rica terá área de abrangência os Municípios de Terra Rica e Guairacá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.99

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A instalação da CIRETRAN no Município de Terra Rica trará enormes benefícios aos seus municípios e aos moradores da região, incluindo os do Município de Guairacá.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 411/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Apoio Médico - CEAME, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.99.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Apoio Médico, fundado em 1994, tem desenvolvido excelentes trabalhos nas áreas de filantropia, educação e beneficência social, atendendo a população mais carente da nossa sociedade, destacando-se suas atividades de atendimento médico gratuito com hospedagem para pacientes vindo do interior.

Sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Federal Ricardo Barros, que hoje nos dá o prazer da sua visita, este parlamentar tinha a intenção de fazer amanhã, à tarde, aqui, durante o Horário do Grande Expediente, um debate com relação às barreiras colocadas pelo governo de São Paulo ao Estado do Paraná - tanto que eu já tinha contactado com alguns empresários, como por exemplo, a Aecic - Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba, que aliás foi a primeira entidade do Paraná e mesmo antes do próprio governo do Estado, que tomou a iniciativa de encaminhar ao Ministro Geraldo Brindeiro a instauração da Ação Direta da Inconstitucionalidade - Adin, contra a Lei 10.325/99 do Estado de São Paulo, que cria barreiras tributárias para empresas não só do Paraná, mas de todo o País.

Através de um requerimento de minha autoria da data do dia 27 de julho, esta Casa o aprovou, encaminhado ao Ministro Geraldo Brindeiro, providências nesse sentido. Em consequência disso, por não ver nenhuma ação mais afetiva de outros órgãos da sociedade paranaense e sabendo que o governo do Estado preparava uma ação, estudava uma medida, que o Presidente da Assembléia Deputado Anibal Khury, também com um projeto de sua autoria, também propunha criar as barreiras para as empresas paulistas.

Diante disso, volto a repetir, eu tinha a intenção de fazer amanhã, no Horário do Grande Expediente, um debate, trazendo para a Assembléia, além da AECIC, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, a Associação Comercial do Paraná, a PACIAP, a PAEP e a Federação do Comércio, para que esses empresários aqui viessem para colocar a situação a nós parlamentares, da dificuldade que essa barreira imposta pelo Governador Mário Covas trazia ao Paraná, o prejuízo que isso causava ao nosso Estado, em especial, ao nosso industrial e empresariado.

Depois tomei conhecimento de que recebendo em meu gabinete e com um ofício, um convite, o Deputado Edgard Bueno, que propõe para a próxima quarta-feira uma reunião no Plenário da Assembléia, onde a Comissão da Agricultura, Indústria e Comércio da Assembléia convida micro e pequenas empresas, para um debate ao projeto

que limita em 20% as compras, em outros Estados, das empresas beneficiadas, no caso do Simples.

Diante disso não vejo sentido para que meu convite, para que o meu requerimento propondo o debate para amanhã seja realizado, a não ser, evidentemente, que algum fato diferente possa ocorrer - porque o governo paulista já recuou da sua medida, depois da ação também colocada pelo Governador Itamar Franco, pelo Governador do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e outros Estados. Diante disso o Governador paulista recuou. Então vejo sem sentido nesse momento o debate que eu propunha para amanhã, no Grande Expediente.

Prefiro que tudo se realize na próxima quarta-feira às 10:00 horas da manhã no plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Fica mais uma vez uma demonstração de que nós no Paraná, saímos um pouco atrasados, entre a dúvida do governador entrar com uma ação ou aprovar o projeto do Deputado Anibal Khury, os outros apareceram, os outros tomaram medidas e fizeram com que o governador de São Paulo recuasse. De qualquer maneira cedo ou tarde as medidas foram tomadas. É bom que a gente se alerte, nós parlamentares temos o dever de fazer esse papel, de comprar a briga. Eu dizia que o Paraná não pode voltar ao tempo da quinta Comarca de São Paulo, temos que reagir imediatamente. Não dar chance a outros que façam o papel que cabe a nós, Parlamentares, que cabe a nós, Governo, cabe a nós, empresários a tomar essas medidas.

Fica o exemplo, felizmente houve o recuo do governo paulista, conseqüentemente as medidas que se precisavam tomar já foram tomadas. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças. Consulto a Liderança do PT, PFL, PSB, PTB, PPB, PSC, PDT, PSL e PSDB.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós estamos em volta com a questão da possibilidade pelo menos do Plei-to do Governo do Estado do Paraná, em relação aos royalties de Itaipu.

Não tenham dúvida que é o momento que essa Assembléia até gostaria de ouvir e de ver de viva voz do Sr. Secretário da Fazenda Sr. Giovani Gionédís, para justificar, para explicar e para trazer ao conhecimento desta Casa, o que de verdadeiro existe nisso. O que de verdade tem em relação a situação falimentar do Estado do Paraná. Porque esse estado de coisas, nós já estamos denunciando há muito mais tempo. Porque sabíamos como

qualquer um, de que a forma e o respeito que estava dando ao erário público, nós efetivamente estaríamos nessa situação. Malgrado às dificuldades econômicas que o país vive, mais o desrespeito e as raias da irresponsabilidade para com a coisa pública no Paraná, iríamos checar a esse nível que chegamos hoje.

A receita de 23 anos futuros de royalties não pode ser comprometida por um governo que passa do seu período por crise financeira, econômica, fluxo de caixa. Desde 1991, período que pela Lei 7.990 foi instituída os royalties e já foram repassados 350 milhões a todo o país. Os 276 meses que compõem os 23 anos futuros que o Governo Jaime Lerner pretende fazer deles recursos já são aproximadamente 1 bilhão e 325 se calculados pelos valores repassados em julho de 4 milhões e 800.

Solicitei um estudo da Assessoria Jurídica. Permita-me, Senhor Presidente, ler, porque pode embasar algumas questões que precisaremos discutir no futuro.

(Lê):

“Receita pública é o resultado do dinheiro arrecadado pelo Estado, em suas diversas modalidades, para fazer frente à consecução de suas finalidades representadas pelos gastos públicos. No conceito de receita, gênero, está embutido o de ingresso, espécie de receita representada pela entrada de dinheiro que será posteriormente restituído, como nos casos dos empréstimos.

Imposta aqui a análise das chamadas receitas originárias, entre elas, especialmente, as provenientes da denominada compensação financeira prevista no art. 20, § 1º da Constituição da República. Esta modalidade de ingresso patrimonial no caso presente, referentemente à participação na exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica gerada pela Itaipu Binacional, tem natureza de indenização pela perda de recursos naturais situados no território do Paraná.

Essa compensação foi regulamentada pela Lei nº 7.990, de 28.12.89, que fixou em 6% sobre o valor da energia produzida a ser pago pela empresa binacional. Pretende, agora, o Estado do Paraná, obter valores por antecipação sob o título do que faz jus, no futuro, por conta desse tipo de ingresso.

O empréstimo, embora a rigor não seja receita pública, por não agregar valor ao patrimônio público, é conceito que se amolda ao que se pretende com a antecipação dos recursos devidos pela compensação referida.

Desse modo, a essa operação aplica-se o dispositivo constitucional do art. 165, § 8º, que diz que a lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para con-

tratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

A menção à antecipação de receita está relacionada às operações de curto prazo que devam ser saldadas com recursos do próprio exercício financeiro, ou até a data prevista na lei orçamentária, e que devem, também, ingressar no orçamento, ainda que a Lei nº 4.320/64 não o exigisse.

Assim, a antecipação pretendida dos valores relacionados à compensação constitucional enquadra-se nos limites conceituais dos empréstimos, e por isso está submetida aos princípios e regras jurídicas que o conformam.

De ver, então, que o princípio da legalidade e seu subprincípio da reserva da lei complementar deve ser respeitado no que concerne às normas gerais sobre dívida pública; e o Senado Federal é quem dispõe sobre os limites do endividamento.

Esse regime de legalidade tem por objetivo o equilíbrio orçamentário, que é princípio constitucional, e meio à contenção dos empréstimos públicos. A vedação de operações de crédito que excedam o montante das despesas do capital tem por objetivo evitar o desequilíbrio orçamentário.”

Temos um grande desequilíbrio no Paraná, que foi um déficit da ordem de dois bilhões, trezentos e trinta milhões.

Em parte, Senhor Presidente, pela aprovação da Lei Orçamentária que esta Casa aprovou, aonde se deu um orçamento na mão do Executivo, de mais de 12 bilhões, enquanto não tinha capacidade para arrecadar mais de que 6 milhões. Esta Casa é litisconsorte, na quebra do Estado do Paraná, porque foi omissa no momento em que tinha que acompanhar e fiscalizar o Governo do Estado.

Hoje somos tanto ou tão responsáveis quanto aqueles que geriram mal os recursos do nosso Estado. É o que já cobram nas ruas, dos Deputados do Estado do Paraná.

O princípio da transparência cria a obrigatoriedade da inclusão do orçamento, de todos os empréstimos, até mesmo daqueles decorrentes da antecipação de receitas.

Fiquei surpreso neste final de semana, quando li de um Deputado que empresta apoio ao Governo, dizendo que agora vai exigir transparência, que agora vai exigir que o governo relate os fatos.

Ora, eu achei - Alborghetti - se eu não tivesse junto com os companheiros que fazem oposição nesta Casa, informações, justamente, porque fazia oposição. Então, me cabia até criticar. Mas, agora estou sabendo que os Deputados que apoiam o Governo não tinham informação e, por isso, hoje, cobram transparência dele.

Daí a responsabilidade dessa Casa, efetivamente ficou maior, senão diante da oposição, mas

diante da sociedade paranaense. Porque não temos o direito de provocar o desequilíbrio das gerações futuras, isso é um direito fundamental, é um princípio fundamental de direito. Não temos o direito de hipotecar, não temos o direito de criar dificuldades para as gerações futuras.

(Lê):

“O princípio da transparência cria a obrigatoriedade de inclusão no orçamento de todos os empréstimos, até mesmo daqueles decorrentes de antecipação de receita.

O princípio da equidade entre gerações sinaliza no sentido de que a geração atual não deve exceder o limite da razoabilidade no endividamento, a fim de não sobrecarregar as gerações futuras, às quais caberá suportar o ônus do resgate.

Releva, assim, conceituar dívida pública como sendo os empréstimos captados no mercado financeiro através de contratos assinados com bancos e instituições financeiras, ainda que possuam a natureza de antecipação de receita, deverão ser autorizadas por lei ou pelo orçamento (art. 165, § 8º, CF).”

O Sr. Caíto Quintana

Até lamento que numa tarde de pouca participação, Vossa Excelência esteja tratando com tanto brilho uma questão tão importante.

Temos responsabilidade, sim, temos que responder perante a opinião pública do Paraná, até por não estarmos dando importância a um fato da magnitude, como esse que Vossa Excelência coloca na tribuna.

Como quem com o Legislativo atuante realmente interessado em números, em receitas e despesas, que pode propor um orçamento com quase o dobro de previsão. Quer dizer, essa é uma medida elementar do Executivo, quando ele quer poder ter sobra de ações sem depender de suplementação.

Quem tem que se cuidar para que o Executivo se mantenha no limite das suas arrecadações é exatamente o poder a quem compete aprovar ou deixar de aprovar o orçamento. e vamos votar no orçamento desse ano e vamos ver o comportamento da Assembléia nesse ano, já que ficou comprovado, nos exercícios passados, que a nossa arrecadação não chegou ao limite que deveria chegar.

Outro ponto, Deputado, é essa barbaridade que se ouve, que é de contrair empréstimo comprometendo royalties futuros de geração de energia de Itaipu, uma empresa binacional, uma empresa que necessita de alterações na sua constituição, na autorização, para utilização desses recursos, mas estamos vendo isso acontecer, como nós vimos acontecer vender patrimônio da SANEPAR, da COPEL, da FERROESTE, do BANESTADO. Comprometemos o passado, comprometemos o presente

e agora, estamos penhorando o futuro e tudo isso está acontecendo sob o beneplácito deste Poder que nada faz, como se pudéssemos e tivéssemos o direito de que quem, eventualmente for Governador do Estado do Paraná daqui a dez, doze anos, pessoas que talvez nem estejam mi-litando na política hoje, jovens políticos, prefeitos, por que não? Um Deputado desta Casa, daqui a doze anos, será Governador do Paraná e como Governador do Paraná não vai receber absolutamente nada de royalties, porque no ano de 1999, o Governador resolveu comprometer por vinte e três anos, o futuro deste Estado numa receita que vai ser gerada na frente.

Para concluir: li num jornal de Santa Catarina, o Estado de Santa Catarina relutando contra a federalização do BESC, tentando manter o BESC sob o controle do Estado de Santa Catarina, relutando em federalizar, privatizar jamais, até porque a Constituição de Santa Catarina não permite que seja comprometido o sistema financeiro daquele Estado. Nós aqui, nem sequer passamos pela hipótese da federalização que garantiria os postos do banco aberto e o funcionalismo do Banco do Estado e não fizemos isso, Deputado José Maria, porque teríamos que tirar debaixo do tapete as falcas que foram feitas no Banco do Estado do Paraná, exatamente para federalizar.

Parabenizo Vossa Excelência por este pronunciamento, lamentando que esse assunto não ganhe a repercussão que deveria ganhar, não tenha a notícia que deveria ter.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o aparte e com relação à Lei do Orçamento que em breve, no dia 15 de setembro, o Executivo tem a obrigatoriedade regimental e constitucional de encaminhar para cá, é bom que a Comissão e esta Casa faça uma análise e que não cometamos os mesmos erros que cometemos nos últimos quatro anos.

Ora, na LDO este Deputado já apresentou emenda no sentido de que se limitasse em 50% o manejo das contas. O governo hoje tem 100% para fazer o manejo das contas dentro do órgão e só abre mão, é abdicar do poder de fiscalizar, de acompanhar a execução orçamentária. Um dos princípios básicos do Legislativo. Nós já não conseguimos fazer pouca coisa porque estamos...

O Sr. Caíto Quintana

Me permite um comentário rápido?

(Assentimento)

Se tivéssemos mais cuidado na LDO e no Orçamento, não precisaria a constituição do grupo dos vinte e um para negociar depois com o governo, o pagamento das obras dos municípios.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Bem lembrado.

É uma questão que estamos pecando na origem, que é grande parte do problema que hoje enfrenta o Estado do Paraná na questão financeira. Não diria que não poderia ter aperto, mas da execução está inclusive, a partir do comportamento desta Casa. Não podemos e nem teremos condições de ter uma consciência e dizer que representamos quando, me permite aqui o líder Rossoni, levanta e fala e vamos discutir. Não pode. É triste. Jamais gostaria de fazer isso. Vim fazer porque fiquei indignado ao olhar o Estado do Paraná, ao olhar as nossas contas, ao olhar o que se pretende fazer pelo futuro.

Precisamos reagir. Não para ir contra o Lerner, mas para fazer o acompanhamento do Governo, para cumprir o nosso papel. É este o papel que precisamos. Quando falamos em BANESTADO, olha, recentemente a ONU fez uma pesquisa encomendada na Cidade do Rio de Janeiro, 25% dos jovens preferem a ditadura como regime ideal para substituir na nossa nação; 37% é indiferente a apenas 23% apóia o sistema democrático. E o que fazemos aqui é o assassinato da democracia em nosso país, porque precisamos acompanhar, precisamos fiscalizar, precisamos fazer com que o Parlamento adquira a sua posição de fiscalização e acompanhamento. E é por isso que vejo com tristeza quando Vossa Excelência falou no BANESTADO. Ora, com os rombos que tiveram não conseguimos fazer uma CPI, não conseguiu trazer às claras o que aconteceu com o BANESTADO e temos um exemplo bem próximo, a Cachego, de Goiás, cinco milhões, um Senador, ex-Ministro da Justiça, ex-Governador teve o irmão praticamente preso e aqui foram 400 milhões da BANESTADO Leasing e ninguém falou nada. Foi para debaixo do tapete. E o cidadão olha o Deputado e não tem distinção de José Maria, de Pedro, de Paulo, é todo mundo. Todo mundo entra na mesma qualificação daqueles que não cumprem, daqueles que estão lá para ganhar dinheiro, daqueles que estão lá para fazer a defesa dos seus interesses.

Esta é a situação que encontramos e aqueles que procuram e fizeram do seu recesso parlamentar o exercício de ouvir as bases, podem ter certeza ouviram exatamente este reclamo e esta indignação e o que hoje, me desculpe, Sr. Presidente, em parte estou refletindo aqui.

Continuando, revela sim, conceituar dívida pública, enfim, é preciso salientar que a antecipação pretendida enquadra-se nas regras que se impõem aos empréstimos, sujeitando-se, portanto, ao seu modo peculiar de se operar e não da forma que está fazendo, porque a Itaipu Binacional no seu acordo entre o Brasil e Paraguai não permite a antecipação

de receita. A Legislação que rege a lei dos royalties não permite o pagamento; até estes dias não permitia, Senhor Presidente, o pagamento da dívida, nem dívida e nem pessoal. Infelizmente existe uma lei, uma medida provisória do Governo Federal que já está permitindo a compensação das despesas, mas ainda não pode fazer para a questão de pessoal. E aqui me pergunto e aí a importância do Senhor Secretário aqui, por isso o requerimento que virá durante esta sessão, deverá ser submetido, é preciso ser analisado e apreciado por esta Casa. Por quê? Porque é hora de explicar como é que vamos buscar um bilhão e trezentos de royalties se não pode ser antecipado? Se é uma empresa binacional; se é... **(Término do Tempo)**

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Esta Presidência solicita que Vossa Excelência encerre dentro do prazo de um minuto. Nós já ultrapassamos em oito.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu sei. Consultaria alguns partidos.

(Pausa)

(É concedido o Horário da Liderança do PT)

Senhor Presidente, vou tentar concluir porque acho que é interessante. E dizia que não tem como tomar. A única forma que vai ter é baixar o estoque da dívida na compensação com o crédito e depois o Governo ir atrás de outro empréstimo. É mais forma de estarmos individuando o Estado do Paraná. É a única forma que vejo para a saída dos royalties. Compensação da dívida com o crédito, baixa o estoque da dívida e faz-se novo empréstimo no lugar. Mas, evidentemente, precisará nas duas opções de autorização desta Casa e está passando ao lado como passou em outras questões.

Enfim, é preciso salientar que a antecipação pretendida enquadra-se nas regras que se impõem aos empréstimos, sujeitando-se, portanto, ao seu modo peculiar de se operar, qual seja, ser obtido em instituição financeira mediante os requisitos estabelecidos em lei complementar, após a devida aprovação legislativa.

Quais regras seriam estas?

(Lê):

“REGRAS JURÍDICAS QUE PRESIDEM A COMPENSAÇÃO

A compensação financeira pela exploração de recursos hídricos está prevista no art. 20, § 1º, da Constituição da República, com a seguinte redação: “É assegurado, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos min-

erais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.”

A exigência de que as operações de crédito estão submetidas ao regime da reserva de lei complementar é de origem constitucional, segundo o disposto no art. 165, § 8º, assim expresse: “A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.”

A Lei nº 7.990/89 institui a compensação financeira em referência e estabelece regras sobre a destinação dos recursos, especialmente o art. 8º, que determina que “O pagamento das compensações financeiras previstas nesta Lei, inclusive o da indenização pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural será efetuado, mensalmente, diretamente aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da Administração Direta da União, até o último dia útil do mês subsequente ao do fato gerador, vedada a aplicação de recursos em pagamentos de dívida e no quadro permanente de pessoal”, e, ainda, o art. 9º, que regra que “Os Estados transferirão aos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) da parcela da compensação financeira que lhes é atribuída pelos artigos 2º, § 1º, 6º, § 3º e 7º desta Lei, mediante observância dos mesmos créditos de distribuição de recursos estabelecidos em decorrência do disposto no art. 158, inciso IV e respectivo parágrafo único da Constituição, e dos mesmos prazos fixados para a entrega desses recursos, contados a partir do recebimento da compensação.”

AS PROPOSTAS DO GOVERNO DO PARANÁ

Embora não exista uma formulação oficial sobre o modo pelo qual o Estado do Paraná pretende obter por antecipação os recursos provenientes da compensação financeira em questão, através dos meios de comunicação se especulam duas fórmulas:

a) Através do tesouro da União seriam liberados os valores devidos a esse título, até o ano 2023, e os recursos seriam destinados à capitalização do Fundo de Previdência Estadual, perfazendo um montante aproximado de R\$1 bilhão, operação que seria paga por meio de repasses mensais diretos de Itaipu ao órgão antecipador.

b) Repasse ao Estado do Paraná de títulos no valor correspondente à compensação financeira devida para os próximos 23 anos, perfazendo o montante aproximado de R\$1 bilhão, sendo que os títulos seriam pagos num prazo de 7 anos e seriam

utilizados na capitalização do Fundo de Previdência.”

Ora, reconhecemos que o Governo precisa encontrar uma forma de capitalizar o Fundo ou de voltar à situação anterior porque hoje não se tem nem o Fundo, nem o IPE e quem está pagando este vácuo de distância da Instituição é o funcionalismo público que não recebe o atendimento. Esta Casa tem este compromisso: Ou faz-se um posicionamento firme e retorna à situação anterior e desconsidera tudo que foi feito em termos de PARANÁPREVIDÊNCIA, ou restituiremos uma outra situação.

(Lê)

“CONCLUSÕES

A despeito da falta de transparência governamental, fato que impede que a sociedade paranaense conheça os termos da pretendida solução para os graves problemas das finanças públicas estadual, pelas fórmulas antes elencadas, ambas divulgadas pelos meios de comunicação oficiosamente, é possível inferir as seguintes conclusões:

1. O Tesouro Federal não é órgão investido de atribuições de instituição financeira, razão pela qual não pode operar como agente ofertante de crédito, seja qual for a modalidade.

Ainda que se compense pelos valores devidos por Itaipu mensalmente, se o Tesouro Federal atuar como operador nessa concessão de créditos estará incorreto em ilegalidade por usurpação de função e desvio de finalidade.

Além disso, a anunciada intenção de utilização dos recursos provenientes da operação para a capitalização do Fundo de Previdência afronta a lei que cria a compensação financeira, que veda, expressamente, a utilização dos recursos seja para pagar pessoal, seja para pagar dívidas. O Fundo de Previdência tem por incumbência o pagamento de inativos e pensionistas, ambos comprometidos incluídos no conceito de despesas correntes na rubrica de pessoal.

Essa circunstância cria obstáculo intransponível para que se utilize dos recursos da compensação financeira para a capitalização do Fundo, que tem como razão de existir, basicamente, a assunção do pagamento de parcela das despesas de pessoal representadas pelos inativos e as pensionistas. Que hoje provocaria uma economia em torno de noventa a cem milhões ao Estado.

Ainda que se arquitete solução híbrida, através da entrega de títulos federais ao Paraná para que eles constituam os valores a capitalizar o Fundo, estaremos diante dos mesmos óbices. Em essência esses títulos estariam vinculados a recursos devidos pela compensação financeira que veda a utilização.

Em essência, esses títulos estariam vinculados aos recursos devidos pela compensação financeira, que veda a utilização deles em pagamento de dívidas e de pessoal. Primeiro, a operação seria ilegal porque os recursos da compensação financeira, ainda que indiretamente, estariam sendo carregados para o pagamento de pessoal, através da capitalização do fundo de pre-vidência estadual. Segundo, porque o crédito presumido pela compensação financeira estaria, ele próprio, gerando uma dívida, fato vedado pela lei que a regulamenta.

Em qualquer dos casos, porém, por se tratarem de modos de endividamento, ambas as hipóteses submetem-se ao regime da reserva da lei complementar sobre endividamento, e exigem o pronunciamento do Poder Legislativo para que se consumem, afastadas as ilegalidades antes apresentadas.

É de se considerar, ainda, que a proposta do atual governo implica em comprometimento para o futuro, circunstância que impõe sejam as alternativas analisadas também sob o prisma do princípio da equidade entre gerações, no caso, seja considerado o limite da razoabilidade no endividamento. Tal princípio se materializa através do princípio da legalidade, que externa as regras sobre as quais as pessoas públicas encontram limites para seus endividamentos.

Em síntese, tomando-se como base as fórmulas apresentadas oficiosamente pelo Estado do Paraná, para alavancar recursos associados aos créditos futuros relacionados aos chamados "royalties" de Itaipu, todas elas esbarram em obstáculos legais que impedem definitivamente a pretendida solução para parte dos problemas das finanças estaduais.

A busca artificiosa e ilegal de mecanismos para o saneamento das finanças estaduais, desorganizadas pela incompetência gerencial e os desmandos administrativos representados por gastos excessivos com publicidade e a criação desnecessária de cargos de confiança, por exemplo, não pode prosperar sob pena de se consumir contra o futuro um estado de permanente desordem do Tesouro Estadual, exaurido que ficará pelo comprometimento de receitas futuras - os royalties agora e as conhecidas renúncias e isenções fiscais praticadas no período recente em nosso Estado."

E os gastos excessivos são provas aí que a própria bancada está pedindo ao Governo extinguir dois mil novecentos e cinquenta e oito cargos.

Aí está a razão da nossa economia e está com certeza o fulcro pelo qual devemos caminhar no sentido de fazer o resgate das finanças do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, agradeço a sua paciência e a tolerância dos Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo.

(**Declina**)

Liderança do PMDB.

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a intenção nossa na última quinta-feira em usar o Grande Expediente é porque gostaríamos de fazer uma análise bastante aprofundada sobre essa questão que hoje é debatida em todo o estado do Paraná, e que foi José Maria Ferreira no que diz respeito à utilização, antecipação dos royalties que está pretendendo o Governador do Estado, o Senhor Jaime Lerner, e para o qual o Secretário da Fazenda, Giovanni Gionédís, e a sua equipe, tem permanecido praticamente todos os dias na Capital Federal.

Mas eu queria apenas em acréscimo àquilo que disse o Deputado José Maria Ferreira colocar aqui algumas frases ditas por pessoas totalmente insuspeitas, como é o caso do ex-Governador José Richa, o ex-Governador Álvaro Dias, o ex-Governador Roberto Requião e o Senador Álvaro Dias.

Diz Richa num dos trechos da entrevista que concedeu: "A antecipação planejada pelo governo estadual compromete o futuro dos próximos governos, daqui a pouco o Estado não terá nem mais crédito nem mais patrimônio. O ex-Governador Álvaro Dias num dos trechos que disse coloca: "O Estado vai ficar com uma herança horrível, isso é uma agressão ao futuro, um verdadeiro absurdo.

Esse Governo já abriu mão de ativos de peso, como COPEL, BANESTADO e SANEPAR.

A antecipação é um deboche à inteligência das pessoas. É preciso colocar um parapeito nisso, disse Álvaro Dias. O Senador Álvaro Dias, dentre tantas coisas que comentou e que está bastante detalhado no jornal o Estado do Paraná - vou resumir apenas numa frase: é uma injustiça com o Paraná. O Requião, por sua vez disse que os futuros governos ficarão inviabilizados.

Então, minha gente, ex-Governador Requião, ex-Governador Álvaro Dias, ex-Governador José Richa, Senador Osmar dias, será que toda essa gente está equi-vocada?

Será que se nós fôssemos ouvir os outros ex-governadores Hosken de Novaes, João Elísio, Paulo Pimentel, Jaime Canet Júnior, Emílio Gomes, não teriam uma posição assemelhada a essa que vem colocando o ex-Governador José Richa, Álvaro Dias, Roberto Requião e o Senador Osmar Dias, de que é um absurdo dos absurdos querer comprometer a

vida do povo do Paraná, mais do que já está comprometida.

Temos feito algumas avaliações e dito dessa tribuna, que o Estado a cada dia que passa, mais complicado fica com a situação financeira. E nunca é demais lembrar que em 1995, para uma despesa de pessoal, em um bilhão e 355, o Estado arrecadou um bilhão e 829 de ICMS.

Em 98, o Estado gastou três bilhões e 200 milhões, em pessoal e arrecadou apenas dois bilhões e cem, em IMS.

Está gastado certamente, muito mal na sua política de pessoal. E isso já foi denunciado não só por nós, mas agora também por setores da Bancada Governista. Está arrecadando pessimamente, porque em quatro anos de governo, conseguiu o Secretário Giovani Gionédís dar um acréscimo da arrecadação de apenas duzentos e poucos milhões de reais - 1,829 para 2,100 quase 300 milhões, num ano inteiro, ele conseguiu aumentar.

Enquanto que a despesa ele aumentou mais de um bilhão e seiscentos milhões só na conta de pessoal.

O déficit verificado no final de cada ano, em 94, 330 milhões, em 96, 254 milhões, em 97: 790 milhões, em 98 - pasmem os Senhores Deputados - dois bilhões e 338 milhões.

A dívida do Estado que era de um bilhão e 395, em 94, último ano do governo PMDB, pulou em 95 para dois bilhões, em 96: para dois bilhões e 400, em 97, para três bilhões e 400: em 98 para seis bilhões e 150 milhões. E a esse valor deveremos crescer, os quatro bilhões e 500 milhões, de empréstimo, que está sendo editado ao Estado do Paraná, neste ano de 99 - o que leva a dívida do Estado para mais de dez bilhões de reais, dívida que anunciamos aqui e que fomos desautorizados, em nossa manifestação, pelo Líder do Governo.

Os números que estamos vendo aqui são números do balanço de 98: seis bilhões e 150 milhões. Em 141 anos de Paraná, de Zacarias de Goes de Vasconcelos, em 1853, a Mário Pereira, em 1994 - 141 anos, construindo como se construiu o Paraná, apenas um bi e 400.

Em quatro anos de Jaime Lerner a dívida cresceu mais de oito bilhões de reais.

Alguma coisa está errada, alguma coisa tem que ser explicada. E nesse sentido, estamos protocolando com assinatura de diversos Deputados, um Requerimento pedindo a convocação do Secretário Giovani Gionédís, para que ele dê contas da situação financeira do Estado, do seu endividamento e da variação patrimonial, para que todos possamos falar nesta Casa a mesma língua, e sermos solidários, não a este Governo que está quebrando o Paraná, mas solidários ao nosso Estado do Paraná, para o qual todos temos compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Edgar Bueno, Cesar Seleme, Antonio Annibelli, Algaci Tulio, Cleiton Kielse e Pastor Edson Praczyk, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/99, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a API Toledo - Associação de Apicultores de Toledo, com sede e foro na Cidade de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN

Verificação de quórum, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edson Strapasson)

Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vinte e cinco Deputados responderam à chamada nominal.

Não há quórum para a votação, apenas para a discussão da matéria.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que concede Título de Cidadão Honorário ao Dr. Zacharias Emiliano Seleme. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 58, de 31.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 274/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo conceder Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Doutor Zacharias Emiliano Seleme.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, na forma de emenda anexa para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.99.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 274/99

O artigo 1º desta lei passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º - Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor Zacharias Emiliano Seleme.

Sala das Comissões, em 08.06.99.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 321/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação da Renovação Carismática de Curitiba - ARCC, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 69, de 15.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 321/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública a Associação da Renovação Carismática de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.08.99.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Londrinense de Saúde Mental, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 70, de 16.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 329/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Londrinense de Saúde Mental, com sede e foro no Município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.08.99.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro, com sede e foro no Município de Jacare-zinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 70, de 16.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 334/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública estadual o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro, com sede e foro no Município de Jacarezinho.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada

pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Andorinhas dos Moradores do Bairro da Cachoeira, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 81, de 28.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 363/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública estadual a Associação Comunitária Andorinhas dos Moradores do Bairro da Cachoeira, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-lo as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 363/99

P A R E C E R :

O artigo 1º deste projeto de lei, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação Comunitária Andorinhas dos Moradores do Bairro da Cachoeira, com sede e foro nesta Capital.”

Sala das Comissões, em 03.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1511, 1512 e 1515, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo autor.**

Requerimento nº 1662, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nº 1666 e 1667, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/99.

EM VOTAÇÃO:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 274, 321, 329, 334 e 363/99.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado José Maria Ferreira, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Deputado Duílio Genari, Orlando Pessuti, Edgar Bueno e Péricles Mello. Não havendo expediente a ser lido, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos, comunicando aos presentes que recebeu um informativo da Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, relacionado com os gastos do Governo daquele Estado. Informa ainda que contratou uma assessoria para fazer um relatório com todos os gastos do nosso Governo, e assim que estiver pronto, comunicarei a todos os membros desta Comissão. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 155/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Relator Deputado Edgar Bueno que faz a leitura do Parecer FAVORÁVEL. O Senhor Deputado José Maria Ferreira, aproveita para tecer alguns comentários no sentido de contribuir e estabelecer ainda mais o parecer que foi apresentado. O Senhor Deputado Duílio Genari pergunta se não caberia uma emenda usando o índice do ICMS. Esclarecendo que os carros são multados em vários municípios e gostaria que os municípios pequenos também tenham direito a estas receitas. O Senhor Deputado José Maria Ferreira

entende que se isto for feito não se poderia fechar o índice. Esclarece ainda, que somente as infrações cometidas a nível de Estado é que fazem parte deste Projeto. Após os esclarecimentos, este Parecer foi APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 194/99, de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Relator Deputado Edgar Bueno que faz a leitura do Parecer FAVORÁVEL. O Senhor Deputado Orlando Pessuti esclarece que metade do dinheiro do ICMS ecológico que vai para os Municípios, não está sendo aplicado em áreas de reservas indígenas, e o presente projeto garante isto. APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 104/99, de autoria do Deputado Irineu Colombo. Relator Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por eles, pelos Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Cesar Seleme e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Durval Amaral, Antonio Belinati, Carlos Simões, Beto Richa, Algaci Tulio e mais os Deputados Chico Noroeste, Orlando Pessuti e Neivo Beraldin. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 328/99, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio. APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 274/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 368/99, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 364/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 359/99, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 363/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO.

07) Projeto de Lei nº 349/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 329/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 334/99, de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 337/99, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edson Praczyk - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 038/99, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 375/99, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 212/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas, na forma da emenda anexa - APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 321/99, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 366/99, de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO. 16) Projeto de Lei nº 350/99, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO. 17) Projeto de Lei nº 380/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO. 18) Projeto de Lei nº 365/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO. 19) Projeto de Lei nº 379/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 258/99, de autoria do Deputado Tony Garcia. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Hermes da Fonseca - REJEITADO por 7x5 votos. O Senhor Presidente coloca em votação o voto em separado favorável na forma da emenda anexa, do Deputado Antonio Belinati - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Hermes da Fonseca, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk e José Maria Ferreira. 21) Projeto de Lei nº 271/99, de autoria do Deputado Moysés Leônidas. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Hermes da Fonseca - REJEITADO. O Senhor Presidente designará novo Relator. 22) Projeto de Lei nº 376/99, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. 23) Projeto de Lei nº 198/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos

legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária